

A Extensão Universitária “Tecendo Ponto-a-Ponto” Novos Espaços e Ocupações no Meio Rural: Um Estudo a Partir da Associação de Artesãos Da Comunidade Santa Cruz do Temeroso em Gurinhatã/MG

The University Extension "Weaving Point-to-Point" New Spaces and Occupations in Rural Field: A Study from the Association of Artisans of the Santa Cruz Community of Temeroso in Gurinhatã/MG

Peterson elizandro Gandolfi¹
Maria Raquel Caixeta Gandolfi²
Vidigal Fernandes Martins³
Flander Almeida Calixto⁴

RESUMO

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente discutimos a proposta de extensão da universidade pública (FORPROEX, 1987, 2001 E 2012), depois os fundamentos e as transformações recentes no meio rural, se constituindo no Novo Rural Brasileiro (ORTEGA, 2008) e a partir deste ponto passar por questões que se articulam com este Novo Rural, sejam a presença da pluriatividade (ABRAMOVAY, 1992), relações sociais e de cooperação (POLLANY, 2000), ocupações e renda não agrícola (NASCIMENTO, 2008). Ou seja, como se configuram as novas relações de trabalho com o aumento do desemprego rural tipicamente masculino, advindo da mecanização e como esta situação acabou por gerar novos espaços de ocupação rural, principalmente incorporando o trabalho feminino. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa é considerada um estudo de caso qualitativo (GODOY, 2006) com várias unidades de análise (YIN, 2001). O caso a ser estudado foi a Associação de Artesãos do Temeroso Adelaide Soares de Freitas - AATA, localizada na zona rural do Município de Gurinhatã/MG. Ela foi definida por (1) ser uma organização que está sendo incubada, isto é, fruto de uma ação de extensão; (2) por ser formada por famílias de artesãos com finalidade de propiciar o desenvolvimento socioeconômico da região; e (3) por estabelecer novas relações sociais e de cooperação. Como resultados alcançados, identificamos as relações de cooperação e capital social na associação, a descrição da pluriatividade das mulheres associada à renda não agrícola e o uso de novas tecnologias de informação.

Palavras-chave: extensão universitária; território rural; associação.

ABSTRACT

This paper is structured by these form: initially we discussed the proposal of extension of the public university (FORPROEX , 1987 , 2001 AND 2012), after the fundamentals and recent

¹ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV). Graduado em Engenharia Elétrica e possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: petersongandolfi@gmail.com.

² É doutoranda pelo Instituto de Economia UFU, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (2001 e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1996). Atualmente é professora assistente 2 no curso de Administração, Contábeis e Engenharia da Produção na Universidade Federal de Uberlândia- Campus Pontal, UFU na cidade de Ituiutaba-MG. E-mail: raquelcgandolfi@gmail.com.

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA (1993), Especialista em Contabilidade e Controladoria pela UFU (1998), Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC (2002), Doutorando em Administração pela EAESP/FGV. Prof. da Universidade Federal de Uberlândia desde 1997, atualmente ocupante da classe Professor DE Adjunto Nível 2. E-mail: vidigal@ufu.br.

⁴ Atualmente é professor adjunto no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal Ituiutaba-MG, campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Uberlândia (1986), Especialista em Planejamento Regional pelo Instituto de Economia da UFU. E-mail: flander@ufu.br.

transformations in rural areas, constituting the New Brazilian Rural (ORTEGA, 2008) and from this point going through issues that are articulated with this New Rural, are the presence of pluriactivity (ABRAMOVAY, 1992), social relations of cooperation (POLLANY, 2000), occupations and non-agricultural income (Nascimento, 2008) . In other words, how configure the new working relationships with increasing rural unemployment typically male, came from mechanization and how this situation turned out to generate new spaces for rural occupation, mainly incorporating women's work. About the methodological procedures, this research is considered a qualitative case study (GODOY, 2006) with multiple units of analysis (YIN, 2001). The case to be studied was the Associação de Artesãos do Temeroso Adelaide Soares de Freitas - AATA, located in the rural municipality of Gurinhatã/MG. It was defined by (1) is an organization being incubated, in other words, the result of an action of extension; (2) to be formed by families of artisans with the purpose of promoting the socioeconomic development of the region; and (3) to establish new social relations of cooperation. As achievements, we identify cooperative relations and social capital in that association, the description of pluriactivity of women associated with non-farm income and the use of new information technologies.

Keywords: university extension; rural territory; association.

INTRODUÇÃO

Entende-se que a Universidade tenha outros papéis além da proposta de ensino. Junto com a pesquisa, a extensão forma um tripé que apoia e sustenta a missão básica da universidade pública no Brasil. Deles o presente artigo destaca o papel da extensão no processo de transformação social que as universidades podem contribuir para a sociedade. Das várias possibilidades e frentes de ação existentes dentro da extensão, o foco no trabalho e na geração de renda visam contribuir para a diminuição a reversão do quadro de exclusão social. Neste sentido, a Economia Solidária afirma seu caráter propositivo principalmente quando se preocupa com as proporções alarmantes assumidas pela desigualdade social no Brasil e se apresenta como alternativa viável ao padrão excludente.

Neste contexto, as universidades surgem como protagonistas indicando um processo de transformação, especialmente à medida que o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) recupera o conceito de extensão, como sendo “a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade”. E, o fruto de uma dessas políticas foi a criação e a implementação de um Centro de Incubação que visa promover a geração de trabalho e renda por meio da Economia Solidária para grupos excluídos.

Dentre os grupos incubados, foram desenvolvidos trabalhos com catadores, detentos (recuperandos), grupos de mulheres artesãs, e grupos rurais, dentre eles assentamentos. Desses últimos, verificou-se que a vida e trabalho no campo, especialmente em locais com a influência da plantação da cana-de-açúcar, está crítica e alternativas se mostram urgentes e necessárias. Nesse contexto, estudos e o entendimento das pluriatividades dentro do novo rural brasileiro (ORTEGA, 2008) se mostram importantes, principalmente pelo fato de que pluriatividades essas que são criadas e estimuladas por meio de políticas de extensão universitária.

Diante disso, o objetivo central deste artigo consiste em apresentar algumas considerações sobre um estudo realizado no município de Gurinhatã/MG, pertencente à região do Pontal, Estado de Minas Gerais. Este estudo feito através de aplicação de questionários (entrevista semiestruturada) procurou analisar as transformações na organização do trabalho e a pluriatividade entre um grupo de mulheres que formaram uma associação vinculada ao artesanato tendo como um dos objetivos aumentar a renda familiar (renda não agrícola). Tais associações/cooperativas tem como pressuposto básico a cooperação e a presença do capital social e são também efeitos decorrentes, por um lado, do efeito do avanço da modernização da agricultura (que tem impacto negativo sobre a força de trabalho agrícola e sobre os pequenos produtores familiares). Considera também que a pluriatividade se constituiu em uma estratégia da família para manter-se no meio rural. Além da importância das novas formas de comunicação e informação para disseminação e distribuição de produtos. Esta lógica advém dos novos espaços criados pelo chamado o Novo rural Brasileiro, além das novas formas de cooperação e relações de trabalho e renda no contexto da agricultura familiar, tendo como eixo central as relações sociais o que ao mesmo tempo cria uma nova identidade para estas comunidades rurais.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

A Universidade Pública Federal está assentada em três pilares definidos por ensino, pesquisa e extensão. Dentre eles, a extensão é que se propõe a fazer a maior interação e ações transformadoras com a comunidade. Isto é, utilizar os conhecimentos existentes e desenvolvidos dentro das instituições de forma a contribuir com a melhoria da sociedade em que ela está inserida. Dessa forma, apresenta-se a importância de entender o que seja extensão universitária e, em especial, a criação do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal de Uberlândia, como fruto de uma política extensionista de apoio à geração de trabalho e renda.

A Política De Extensão Universitária

A proposta de extensão em uma concepção freireana tece uma crítica ao conceito de extensão que, segundo ele, com grave “equivoco gnesiológico” em função do caráter de “benesse” que a tradição na cultura imprime à palavra. Assim ele faz uma analogia ao engenheiro agrônomo que vai para a região rural, num “asentamiento” de reforma agrária, levar o conhecimento elaborado da Universidade para os camponeses. Ele “extende” um saber que “supera” o saber o camponês que pouco conhece a técnica, com sua cultura, sua gnesiologia sobre a terra e a agricultura, perpetrando assim uma invasão cultural em nome de uma “dação” que possui maior valor científico e que vai a outro setor “para normalizá-lo, para fazê-lo mais ou menos semelhante a seu mundo” (FREIRE, 1977).

Esse equivoco, amplamente ignorado, trazido na tradição conceitual da palavra extensão, reproduz uma negação do sujeito, a anulação de sua invenção do mundo como agente transformador do mundo para si e para os demais. O extensionista é interventor da realidade, na concepção conservadora.

Freire pretende resgatar o conceito de extensão em sua dimensão pedagógica ou educativa. Nisso não se pretende negar o que-fazer do agrônomo, que pode ser um educador-educando, deslocando-o do lugar daquele que vai à população para “persuadi-la” com sua “propaganda técnico-científica”.

A condição do Ser-Mais (portanto, de sujeito) só pode ser atingida quando há interação entre a plenitude cultural presente na gnesiologia do lavrador conectada à gnesiologia do saber elaborado trazido pelo agrônomo. Qualquer persuasão será sempre domesticadora, pois ela não provoca a curiosidade epistemológica, ao contrário, vem anular a constituição de uma experiência cultural por outra, substituta, numa ciranda meramente utilitarista, que aliena o homem e a mulher roubando-lhes o pertencimento histórico de sua ontologia desconectadas da leitura crítica de seu que-fazer.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo a ‘sede do saber’, ate a sede da ‘ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1977, p.25)

Assim é da comunicação, não da extensão, que ambos podem fazer o conhecimento re-inventado. Nesse sentido, O Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001; 2012) recupera o conceito de extensão, como sendo “a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade”. No primeiro texto de 1997, quando o Fórum de Pró-Reitores começou a delinear o pensamento sobre a extensão, o programa chamado de Universidade Cidadã definiu o ponto de partida para a produção do Plano Nacional. Com isso, as universidades podem ser entendidas como espaço privilegiado para a produção, acumulação do conhecimento e formação de profissionais cidadãos. As ações devem se pautar por uma construção da intervenção via políticas públicas. Dessa forma, percebeu-se que a relação com a comunidade era indispensável para a “oxigenação necessária à vida acadêmica”, agregando o saber popular e acadêmico numa lógica de pertencimento.

Segundo o Forproex (2001), destacam-se os seguintes princípios:

- (1) assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população;
- (2) a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- (3) a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos;
- (4) a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- (5) a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

A partir daí, percebe-se que houve uma disposição de inverter o eixo autoritário na relação **ensino-pesquisa-extensão** para um eixo de comunicação que envolve universidade e sociedade em plano horizontal.

Um conceito de **trabalho** aparece entre os princípios, nesse documento, chamado **TRABALHO SOCIAL** que pode ser entendido como ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social. O trabalho social, portanto, é uma maneira de admitir um novo modo de pensar o trabalho para além das formas de exploração do homem pelo homem no paradigma neoliberal. O trabalho social é a dimensão de participação coletiva dos vários atores na ação-reflexão que é práxis, que é portanto, trabalho.

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS

O Cieps é resultado da concretização de uma demanda social apresentada no Fórum de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis “Olívia Calábria” em 2001. Os movimentos sociais solicitaram a criação de uma estrutura de apoio em que a comunidade pudesse se beneficiar da produção científica e tecnológica da universidade de acordo com a perspectiva teórico-prática da Economia Solidária, como forma de beneficiar as iniciativas produtivas e autogestionadas de geração de trabalho e renda surgidas nas camadas populares, geralmente excluídas do acesso ao conhecimento.

Em 2004, a até então denominada Incubadora de Empreendimentos Solidários – INES, foi viabilizada pela PROEX/UFU com apoio da Administração Superior e iniciou suas atividades ocupando, inicialmente, uma pequena sala localizada no Bloco A do Campus Santa Mônica. Diante do rápido crescimento das ações extensionistas e de pesquisa da incubadora, bem como da efetivação de parcerias junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / MTE e aos Fóruns, Nacional e Regional de Economia Solidária, criados de acordo com a Política Nacional contemplada no Plano Plurianual 2001-2007, em 2007 foi disponibilizada pela Administração Superior uma casa de propriedade da FAU abandonada há muitos anos, para aparelhar e alocar definitivamente a Incubadora. Posteriormente, em 18 de setembro de 2008, o CONSEX aprovou a institucionalização do agora denominado Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – CIEPS, dentro dos trâmites legais da UFU.

Em meados de 2007, a UFU expandiu-se para um Campus Avançado na cidade de Ituiutaba/MG e nele iniciarem-se as atividades da Incubadora. Um desses projetos está relacionado ao grupo de Artesãs da Comunidade Rural Santa Cruz do Temeroso.

Uma Breve Caracterização Da Comunidade Temeroso - E As Origens Da Associação De Artesãos Do Temeroso Dona Adelaide Soares De Freitas – AATA.

A Associação de Artesãs localizada na região do Temeroso, que fica na zona rural do município de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais, distante à aproximadamente 35 Km (trinta e cinco quilômetros) da zona urbana, tem como sede um barracão com 2 cômodos. Um cômodo é realizado as missas e as artesãs usam para produzir.

A renda das famílias era insuficiente e as dificuldades muito grandes. Visando suprir essa necessidade, a Associação foi montada por mulheres adultas, em sua grande maioria agricultoras, que tem como moradia fixa a zona rural, e que não possuem renda agrícola. Essas mulheres não tinham profissão e identificaram a necessidade de se organizarem e desenvolverem alguma atividade que pudesse além de ocupar o tempo ocioso e ampliar a integração da comunidade, adquirir recursos para incrementar sua renda familiar. Observando-se algumas considerações das entrevistadas, tem-se: “associação surgiu para que juntas pudessem trabalhar, para que pudesse ajudar na renda familiar”. (entrevistada 1); “A associação surgiu da necessidade das mulheres terem uma renda extra e serem independentes financeiramente” (entrevistada 6); (...)“que juntas pudessem trabalhar, para que pudesse ajudar na renda familiar”. (entrevistada 1) e

Nós vivíamos nos reunindo e fazer cursos do Senar. Fizemos cursos de derivados de leite, defumação, bordados da vovó e muitos outros. Só pensávamos nos certificados. Agente colocava na gaveta e não reunimos mais. Então decidimos fundar uma associação para trabalhar e termos renda (entrevistada 3)

Estas mulheres na sua maioria possuem laços de parentesco e amizade, estabelecendo relações de cooperação, tendo o artesanato como guia. Esta situação está associada em um contexto mais amplo a nova dimensão que o rural vê estabelecendo na esfera produtiva e econômica.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO MEIO RURAL BRASILEIRO - O NOVO RURAL BRASILEIRO

Conforme a leitura de Ortega (2008) o meio rural vem passando por transformações em seu âmbito.

Depois da especialização agropecuária vivenciada nas últimas década por boa parte da agricultura e que possibilitou uma integração a indústria, que formou os complexos agroindustriais, agora é preciso observar que o tempo sobrando do meio rural criou condições para a emergência de atividades rurais não agropecuárias que constituíram mercados de bens e serviços importantes na geração de emprego e renda para o mundo rural. (ORTEGA, 2008, p.81).

Continua argumentando que as políticas de desenvolvimento rural passam a explorar o caráter pluriativo e multifuncional dos estabelecimentos rurais. “Uma realidade que abre novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios rurais, mesmo os deprimidos” (ORTEGA, 2008, p.83).

Conforme Silva e Grossi (1997), a partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse "Novo Rural" como o temos denominado, pode ser também resumido em três

grandes grupos de atividades). Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O termo "novas", segundo o autor, foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços).

Outra questão importante que surge a partir deste contexto é o rompimento da dicotomia rural-urbana na hora de desenhar e implementar políticas públicas rurais (ORTEGA, 1998). Em que se deve pensar o rural superando a dicotomia rural-urbano, ou seja, não como setor, mas como espaços mais amplos. Ainda conforme Ortega, seguindo a leitura de Abramovay (1992), o meio rural vem se transformando cada vez mais em um espaço de atividades variadas, e não especificamente em atividades produtivas agropecuárias.

Em relação a rural como espaço é importante também a discussão de territórios. Para Ortega (2008), as novas identificações de regiões da OCDE classificam os territórios como essencialmente rurais, relativamente rurais, e essencialmente urbanos, e que esta classificação permite caracterizar melhor diferentes estratégias de desenvolvimento dirigidas aos territórios, e que são os territórios relativamente rurais, ou mais diversificados (em que predomina a pluriatividade) que vêm gerando empregos em proporção maiores que os essencialmente rurais. Neste contexto, rompe-se com a noção do campo como atraso para novas alternativas de produção e de mercado, abrindo com isso, novos desafios e possibilidades para o desenvolvimento do meio rural. Neste contexto a abordagem territorial também ganha importância na formulação de políticas públicas.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA OCUPAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Um breve relato sobre Cooperação, Relações sociais e capital social no Desenvolvimento Rural

O surgimento de cooperativas localizadas no meio rural que atuam como forma de contribuição positiva na estabilização da renda agrícola por meio do armazenamento e do processamento, ao colocar produtos no mercado sendo também o caminho para suportar e estabilizar os preços e renda agrícola (FILHO E MENDES 2007). A lógica da cooperativa pode também vincular-se a renda não agrícola, e as relações sociais de produção. Pollany (2000), enfatiza a importância das relações sociais fundamentadas basicamente na reciprocidade e redistribuição. Sobre as relações sociais o autor coloca que

A manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, à longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar e receber. (POLLANY, 2000, p.66).

Em relação à reciprocidade e redistribuição, fundamenta-se que estas atuam principalmente em relação aos laços de família e parentesco, e tanto a reciprocidade como a redistribuição são aspectos fundamentais presentes no contexto de cooperativas. Para Singer (2002), as cooperativas, se fundamenta em experiências, tendo em comum o fato de estarem assentadas em traços constitutivos de solidariedade,

cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, conformando uma racionalidade específica, distinta daquela baseada apenas na lógica do mercado e do lucro.

Esta lógica está intrinsicamente associada com a leitura de Pollany (2000), quando aborda que “o prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio”. (POLLANY, 2000,p.67).

Vasconcellos (2007) aponta como um traço distintivo das iniciativas associativas e solidárias, a importância atribuída aos laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e relações afetivas, não motivadas pela ideia de maximização do lucro, o que não implica que ele não esteja presente; fala-se aqui de lucro social. Tais relações econômicas não se encontram totalmente sujeitas ao mercado (mas se interagem com ele), nem a controles burocráticos. É por meio dessas relações que as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável, sem depender de redes instituídas de filantropia (Vasconcellos, 2007). Nesse sentido, identificam-se valores similares na proposta de territórios, tais como: (a) o fortalecimento das relações sociais; (b) a auto-sustentabilidade dos grupos; (c) a noção de pertencimento; (d) o desenvolvimento de valores sociais como a cooperação, a reciprocidade, a confiança, o capital social. Nesta lógica as relações de trabalho também são distintas, muito mais que a competição predomina a cooperação e a ajuda mútua entre seus membros.

Partindo do contexto de associação na lógica da cooperação, retrata-se que estas também podem se concretizar no meio rural, evidenciadas principalmente pela produção e reprodução das relações familiares, o que se diferencia da agricultura capitalista propriamente dita que busca atender o grande capital. Nestas organizações geralmente predomina a capacidade de organização do grupo, em que predominam principalmente laços de parentesco e amizade, e de confiança, e que seja é visível a presença do capital social. Esta leitura se associa a agricultura familiar, e a importância da presença do capital social na mesma. Conforme a leitura de Ortega e Nunes (2005), “Para la reinserción de la agricultura familiar, es necesario pensar en su capacidad de organización para satisfacer las demandas y exigências que surgen del mercado”. E também,

Es necesario aumentar el capital social de los agricultores familiares (es decir, su confianza en participar en proyectos del tipo cooperativo) para una inserción en el mercado que les garentice sure producción social y económica. Hablar de promover proyectos de cooperación entre los agricultores familiares es hablar de estrategias de desarrollo local”. (ORTEGA e NUNES, 2005, p.201).

Outra questão, em relação ao capital social, é que este funciona como alavanca para o desenvolvimento local (rural), constituindo na construção da identidade e idéia guia da comunidade.

Conforme Ortega e Nunes (2005)

El salto qualitativo de cada comunidad, cuando ocurre, es capitaneado por aquellas fuerzassociales que poseen confianza y capacidad organizativa y son capaces de impulsar dinámicas de cooperacion para alcanzar resultados satisfactorios para todos. (ORTEGA e NUNES, 2005, p.201)

E destacam “la importancia del capital social de cada comunidad para aprovechar las posibilidades del desarrollo local”.(ORTEGA e NUNES, 2005, p.201). Interagindo com a leitura de (1980), para quem a Cooperação pressupõe confiança, participação, autogestão e relações sociais.

Pluriatividade, Trabalho e Renda não agrícola no meio rural sob a lógica da Agricultura Familiar

Para Abramovay (1998), a produção familiar na agricultura tem uma importância fundamental no capitalismo contemporâneo. Em suas palavras: “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a mão de obra não contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY, 1998, p.209).

Para Abramovay (1992), um dos elementos explicativos básicos para o peso predominantemente de unidades familiares na estrutura social da agricultura no capitalismo avançado está nas particularidades naturais da agricultura. A agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica a agricultura jamais será uma indústria. Esta limitação está na raiz da dificuldade que aí encontra a atuação de empreendimentos baseados no trabalho assalariado: Assim, o que é particular a agricultura conforme o autor, não é a superioridade da produção familiar, mas diferentemente de outros setores da vida econômica a inexistência nítida de vantagens decorrentes de tamanho das empresas repousando sobre o uso de assalariados. “Isto não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas de limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho, e portanto da inexistência de industrialização na agricultura. (ABRAMOVAY, 1992, p.247), este argumento se vincula a leitura de Silva (1999) em que “(...) na agricultura, muitas vezes, a divisão do trabalho numa determinada operação não pode ir além da cooperação simples, em que um conjunto de pessoas realiza simultaneamente a mesma operação adquirindo uma força coletiva maior que o somatório das partes.(SILVA, 1999, p.26)

Para Nascimento (2008), as mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de organização do trabalho entre as famílias rurais tem propiciado uma crescente participação de fontes de renda não agrícolas na composição dos orçamentos das famílias rurais. Conforme o autor, trata-se da pluriatividade. Importante na sustentação da renda rural. Nas palavras do autor:

O conceito de pluriatividade, adota a família como unidade de análise introduzindo no centro das atenções atividades não agrícolas dos membros da família-Independentemente de serem exercidas dentro ou fora da exploração agrícola-que tem significância na geração da renda familiar.” (NASCIMENTO, 2008, p.259).

A unidade de análise relevante da pluriatividade, portanto, deixou de ser a exploração agrícola e passou a ser a família. Neste ponto a agricultura familiar assume primordial importância em relação à pluriatividade. Estas múltiplas funções na leitura de Nascimento (2008) se constitui na pluriatividade.

A pluriatividade está relacionada a uma variedade de estratégias familiares, na busca por inserção de novos mercados em respostas principalmente as dificuldades financeiras, uma tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola ou ainda as oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos” (Nascimento. Pag.90).As infra-estruturas das economias locais, os recursos culturais e humanos são também aspectos a serem levados em conta ao analisar o maior ou menor êxito da pluriatividade em um determinado território (NASCIMENTO, 2008, p. 91).

Para Fuller apud Nascimento (2008), a pluriatividade representa a segunda etapa de um processo de reconceitualização que acontece desde o final dos anos 80 a partir do conceito de agricultura a tempo parcial. A adoção do termo pluriatividade obedece a seu mais amplo significado ao estar referindo a uma

unidade econômica que realiza outras atividades além da agricultura. Para esse autor entre as atividades realizadas pela unidade familiar agrária em adição a agricultura, incluem-se as seguintes: a) o emprego em outras explorações agrárias; b) as atividades denominadas para-agrárias no interior do estabelecimento como a transformação de alimentos; c) as atividades não agrárias realizadas na exploração como o turismo e o artesanato, por exemplo, d) o emprego fora da exploração do setor agrário.

A explicação não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar de modo que o entorno social rural, desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias consolidando um tipo de desenvolvimento e de integração particular (NASCIMENTO, 2008, p. 92).

Ainda, neste contexto situa-se a leitura de Kageyama (2008), “a segunda atividade” da família não se exerce deslocada da economia mas num mercado de trabalho em outro nível analítico em que pressupõe o vínculo com a propriedade rural de origem. A manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive com a moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes.

Conforme Ortega (1998), algumas transformações recentes podem ser destacadas a partir da pluriatividade do emprego como: a) O aumento e importância das atividades não agropecuárias e da multisetorialidade; b) Uma crescente integração dos espaços rural-urbano c) Gestão sustentável do ambiente e recursos naturais; transformações na institucionalidade rural; relevância dos “novos atores sociais” preocupação com a qualidade da produção para atender a demandas mais exigentes; além da importância da incorporação de novas tecnologias de informação e de comunicação. (em que se enquadra, por exemplo, o maior acesso à internet, mídias sociais etc..).

Nesta lógica o meio rural deixa de sofrer esvaziamento, aumentando a dicotomia rural-urbano; as políticas públicas passam a explorar o caráter pluriativo e multifuncional dos estabelecimentos rurais e não somente buscam a consolidação das cadeias produtivas do agronegócio. Nesta lógica o rural foge da lógica “setorial” para incorporar uma lógica mais abrangente de “espaço”.

Algumas considerações sobre Tecnologia e Agricultura Familiar

A relação da tecnologia no campo se associa principalmente a incorporação do progresso técnico. Sendo que o mesmo assume particularidades específicas na agricultura. Conforme a leitura de Silva (1999), na agricultura o período de produção é definido pelas leis da natureza ao passo que na indústria ele é o resultado do somatório dos tempos parciais do trabalho. E na agricultura muitas vezes o progresso técnico aumenta os tempos de não trabalho. “Na agricultura define-se antes o todo - o período de produção - e na indústria definem-se primeiro as partes – os tempos de trabalho - sendo que o somatório delas é que faz o conjunto”.

Nesta lógica pode se dizer que a incorporação do progresso técnico na agricultura tende a aumentar o tempo de não trabalho, levando como consequência o desemprego principalmente nos setores que incorporam o progresso técnico.

Para Ortega e Nunes (2005), o progresso técnico tende a liberar excedente de força de trabalho, constituindo em mão de obra com pouca qualificação e em uma situação de alto desemprego.

El progreso tecnológico avanza, principalmente em cultivos intensivos em mano de obra y libera el excedente de fuerza de trabajo que ya no encuentra lugar em el mercado debido

a supocaualificacion, formando um contingenteexpresivo de personas desempleadas em los campos brasilenos que, sumacas com lasciudades, evidencian uma situacion de aguda marginalizacion. (ORTEGA e NUNES 2005, p.206)

Nesta lógica, argumentam sobre a necessidade de pensar em alternativas de inserção da população rural pobre.

Pensar em alternativas que pasan por laproduccion de productosno tradicionales, para la oferta de servicios, por laservicios, por lapromoción de pequeñas agroindustrias o de atividades artesanales, em uma perspectiva em la que eldesarrollosea pensado como um proceso global y integrado. (ORTEGA e NUNES 2005, p.206)

E foram as transformações a partir da evolução da mecanização nas principais culturas ocupadoras da força de trabalho (cana, café, laranja, algodão) que por natureza se constituem em atividades tipicamente agrícolas, e seus impactos na diminuição do trabalho temporário (principalmente masculino), que viabilizaram novas formas de ocupação atreladas aos empregos não agrícolas e a pluriatividade. Nesta lógica, a incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação assume também papel importante.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é de natureza aplicada com uma abordagem qualitativa. O método de procedimento utilizado foi o estudo de caso por se mostrar o mais adequado para avaliar o fenômeno em seu ambiente natural (YIN, 2001; GODOY, 2006).

O caso a ser estudado é o da Associação de Artesãos do Temeroso Dona Adelaide Soares de Freitas-AATA e com ele, busca-se entender as mudanças no mercado de trabalho agrícola que o estudo se propõe. A organização é formada por famílias de artesãos da região do Temeroso com finalidade de propiciar opções de trabalho e ações visando a melhoria de renda e conseqüentemente uma proposta de desenvolvimento sócio-econômico para toda a região. Ela foi formalmente constituída em 12 de dezembro de 2008 na Comunidade Santa Cruz do Temeroso, zona rural, no município de Gurinhatã/MG. Ela tem por finalidade agregar esforços dos associados no sentido de executar trabalhos de artesanatos com a utilização de diversos materiais como tecido, linhas de bordar, madeiras, tintas para pintura, jornal e outros mais, bem como comidas e doces típicos da região e outros artesanatos de interesse da Associação.

O estudo dessa organização se mostra importante devido ao apoio e orientação de uma equipe multidisciplinar da Universidade Federal de Uberlândia que executa projetos de extensão desde o início de 2008 em várias frentes de trabalho, como qualificação profissional, estudos mercadológicos, canais de venda e redes de comercialização. Atualmente a organização é composta por 15 integrantes.

O processo de observação e participação dos pesquisadores na Associação de Artesãos ocorre desde o início de 2008, quando iniciou o processo de apoio e orientação do grupo de mulheres. Desde o início, a equipe de pesquisadores fizeram visitas à comunidade rural e a presidente/diretoria da Associação veio até a Universidade para várias reuniões.

A partir do referencial teórico, foi elaborado um formulário semi-estruturado para coleta de dados (ver quadro 1, abaixo) contendo dados gerais sobre a associação e seus componentes, identificação das atividades de trabalho e remuneração, as relações de trabalho dentro da associação e, por fim, os aspectos tecnológicos utilizados.

Os levantamentos dessas informações foram feitos por meio de preenchimento do formulário e de algumas conversas pelo telefone no período de 23/06 a 08/07/2012. Ao todo nove associadas foram entrevistadas. Elas foram intencionalmente escolhidas pelo interesse de participação, pessoas que estão desde o início da composição da associação e por terem posições de liderança dentro do grupo. Toda consulta do material e entrevista foi autorizada. Uma grande quantidade de documentos, atas, fotos e relatórios que representa um período de 5 anos de funcionamento da cooperativa foram disponibilizados para consulta. Os arquivos e documentos foram estudados e analisados.

A validação dos dados se deu pela triangulação entre as informações contidas nos documentos, nas observações de campo e no conteúdo das entrevistas. Cabe destacar que no decorrer da entrevista, os pesquisadores puderam investigar mais profundamente pontos que, embora não estivessem no roteiro original, eram relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

A análise de dados se deu a partir da técnica análise de conteúdo descrita em Bardin (1977). Nela, identificaram-se as seguintes categorias de análise: (1) pluriatividade, trabalho rural e remuneração; (2) relações de trabalho na associação rural; e (3) tecnologia na associação rural. A verificação dessas categorias de análise foi feita a partir do entendimento da história de cada associada e da construção da associação. Levaram-se em consideração suas origens, entendimento das relações sociais dentro da comunidade, entendimento das relações sociais dentro das famílias e processos produtivos e de comercialização. E, por fim, consideraram-se como confiável e válido as inferências feitas a partir da triangulação realizada por meio da observação, das entrevistas e da investigação documental.

Questões	Categoria de Análise
<ul style="list-style-type: none"> • Nome da associada • Composição da família • Idade • Religião • Tempo de moradia na comunidade • Principais problemas da comunidade 	<p>Dados Gerais e identidade do grupo</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as atividades que realiza (funções na casa, roça, associação) • Descrever quais atividades são remuneradas e como elas são. • Qual a renda obtida com elas. • Qual o impacto da remuneração da associação na família das associadas. 	<p>Pluriatividade, e Renda não agrícola</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Como a criação da associação contribuiu para a renda não agrícola? • Como foram estabelecidas as relações de trabalho e produção? 	<p>Associação, trabalho, ocupação e relações de trabalho</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Como foi feito o processo de qualificação? • Como é feito o processo produtivo de artesanato • Como é vendido e como a produção é entregue? • Como são as relações de trabalho dentro da associação. Existem brigas e discussões • Existem novos desafios e/ou objetivos? 	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais tecnologias a associação rural usa? Tem acesso à internet, e-mail, blog, redes sociais etc.. • Como está usando essas tecnologias está impactando na produção e venda do artesanato 	Tecnologia

Quadro 1: Quadro de coleta de dados conforme as Categorias de Análise

Fonte: Elaboração própria, 2013.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A extensão universitária está contribuindo para a mudança da sociedade (BRASIL, 1999). No caso da Associação De Artesãos Do Temeroso Dona Adelaide Soares De Freitas – AATA pode se verificar o apoio político, pedagógico e administrativo visando o empoderamento do grupo de mulheres dessa região. Desde meado de 2008 vários cursos, visitas e projetos foram elaborados em conjunto com o grupo de artesãs. Excelentes resultados foram obtidos.

De lá pra cá as coisa fora melhorando, fizemos vários cursos e palestras através da UFU, e então ela se tornou nossa parceira e vê nos orientando como devemos segui para termos um alicersse forte para nada nos derrubar...Nem a maior tempestade que enfrentarmos¹. (Entrevistada 1)

Hoje estamos bordando produtos de qualidade e perfeição...já estamos recebendo varias encomendas inclusive pela internet, e estamos começando a bordar pra uma loja de decoração em Santo André-SP e Belo Horizonte. Mas ainda falta muita coisa pra ser feito , as através da associação a região do temeroso no município de Gurinhatã já está trazendo renda e oportunidade de emprego para as pessoas que lá residem. (Entrevistada 1)

A análise de dados se deu a partir da técnica análise de conteúdo descrita em Bardin (1977). A partir desta análise foram identificadas as seguintes categorias na associação: (1) Relações de cooperação e capital social; (2) pluriatividade, ocupação e renda; e (3) Tecnologia e agricultura familiar.

Relações de cooperação e capital social na associação

A associação está embasada nas propostas de cooperação, autogestão e solidariedade. No grupo

prevalece a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. As participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas da associação. O caráter de solidariedade do grupo é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na preocupação com o bem estar de todos os envolvidos.

O trabalho das associadas se divide em dois momentos: produção em casa e encontros na associação. De acordo com as encomendas, as mulheres produzem as peças durante o “tempo vago” em suas casas e semanalmente se reúnem às quartas-feiras e às sextas-feiras na sede da associação para o trabalho em conjunto. E o trabalho das mesmas se constitui em trabalho pluriativo.

Pluriatividade, Ocupação e renda não agrícola na Associação

Em relação às atividades diárias das associadas, todas destacaram a questão das múltiplas tarefas que elas executam no seu dia-a-dia. Essas tarefas podem ser divididas em três grupos: cuidar da casa, ajudar o marido e fazer artesanato. Dentro da casa, se destaca as atividades domésticas de lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos e/ou netos. Em relação à ajuda ao marido, elas destacam a questão das atividades de manejo e alimentação dos animais de criação. E por fim, destaca também as atividades realizadas na associação. De acordo com as associadas, tem-se: “Eu lavo, passo, cozinho, ajudo o meu esposo e bordo”. (entrevistada 1); “Cuido da casa e bordo”. (entrevistada 2); e “Cuido da casa, cuido da criação de suíno e ovino e sou bordadeira” (entrevistada 6)

Uma possível interpretação na fala das cooperadas está na ordem das atividades. Isso poderia demonstrar uma hierarquia da importância de cada atividade. Isto é, se a associada descreve a sequência de cuidar da casa, ajudar o esposo e bordar, pode-se subentender que o ato de bordar só poderia ser executado após o cumprimento das atividades anteriores.

Essa sequência pode ser verificada em todas as entrevistas, exceto em uma delas, onde a entrevistada fez questão de destacar que era bordadeira, antes de tudo: “Sou bordadeira e faço o trabalho doméstico”. (entrevistada 4)

As relações de trabalho dentro do grupo podem ser entendidas como um bom grau de maturidade. Existem discussões e divergências, mas o diálogo aberto, a transparência e o respeito pela figura da presidente da associação são fatores que fazem chegar a um acordo. “Existem conflitos entre as associadas, mas depois da conversamos e chegamos ao acordo” (entrevistada 9); “as relações são boas. Existe divergências entre as associadas, mas depois de conversa entre si, chega a um acordo”; (entrevistada 6) e “brigas não, mas discussões, desentendimentos. Existe como em qualquer outra associação” (entrevistada 5)

As definições sobre a forma de trabalho e a remuneração foram discutidas e aprovadas em grupo. Basicamente definiu-se por uma proposta de distribuição das encomendas conforme as habilidades específicas de cada integrante. “Cada pessoa tem o seu espaço, tempo para trabalhar e desenvolver a sua produção; Umas mais rápido e outras não” (entrevistada 5); e “as mulheres seguem o regimento interno e na produção cada uma tem o seu potencial” (entrevistada 4).

As associadas se reúnem de duas a três vezes por semana na associação para um trabalho coletivo, deixando parte desse trabalho para ser confeccionado em casa. De todo o valor vendido 80% fica com a

artesã e 20% fica para manutenção da Associação.

Dentre as atividades remuneradas, a grande maioria das mulheres associa a remuneração ao artesanato. “(As atividades que são remuneradas são aquelas) que fazemos o richelieu” (entrevistada 3). Além do artesanato, houve destaque para outra atividade associada à criação e venda de animais: “Criação do suíno e ovino. Crio os animais e vendo por kg para particulares”. (entrevistada 6)

Como contribuição na família, elas destacaram “é gratificante poder ajudar nas despesas” (entrevistada 5) e “na renda familiar” (entrevistada 6). Isso pode ser verificada nos relatos das associadas quando foram questionadas sobre a como a associação contribui para a renda não agrícola. Elas, de modo geral, destacaram um caráter de independência financeira. “Para termos uma renda extra e termos nossa independência financeira” (entrevistada 8); “A criação da associação contribui para as associadas serem independentes” (entrevistada 7); “ajuda a ter uma renda extra para comprar o que nois precisa” (entrevistada 9); e “ajuda as mulheres a terem uma renda extra e comprar seus mimos pessoais”. (entrevistada 6)

Outra questão importante foi associar o trabalho como fonte de prazer em que algumas associadas colocam que foi a partir deste trabalho foi que conseguiram sair da depressão, rotina caseira e isolamento. Elas passaram também a receber valorização dos maridos, o que desencadeou uma maior auto-estima para as mesmas.

As Novas tecnologias de informação e comunicação na Associação

A Associação vem se desenvolvendo a cada ano, mas ainda apresenta vários problemas. Existem questões relacionadas ao processo produtivo, de comercialização e de apoio que podem ser destacadas. Em relação ao processo produtivo, há falta de um espaço específico para produção do artesanato, inexistência de algumas máquinas para bordar e há falta de capacitação em termos de gestão. E, por fim, existem várias outras dificuldades no processo de comercialização e venda de produtos.

Na comunidade rural, o meio de comunicação básico é o telefone celular que tecnicamente funciona devido a um sistema de antenas que amplificam o sinal. Pelo celular que a associação faz os contatos básicos para confirmação de venda e outros detalhes de compra de produtos. Frequentemente membros da associação precisam viajar até a cidade de Gurinhatã/MG e daí ir à Ituiutaba/MG para fazer compras e ou despachar produtos. Os contatos com compradores ocorriam basicamente nas exposições em feiras de artesanato e os pedidos eram feitos via telefone.

Entretanto, em meados de 2012, o grupo de artesãs definiu por um investimento em uma antena específica para acesso da internet. A Associação ainda ganhou um computador de parceiros e comprou um notebook. Com o acesso à internet, a associação investiu e providenciou a sua inserção em mídias sociais. Hoje existe e-mail (associacao.temeroso@hotmail.com), blog (<http://associacaotemeroso.blogspot.com.br/>) e conta em Facebook (<http://www.facebook.com/asrendeiras>).

Na visão das associadas, verificou-se que o investimento na antena promoveu melhoria da comunicação foram importantes para a divulgação dos produtos e para um melhor e mais fácil processo de atendimento ao cliente, proporcionando economia de tempo e de viagens. “Ajuda a divulgar os bordado nas redes sociais e receber encomenda para fazer bordado. E muitas vezes evita viagem. Enviamos tudo por e-mail” (entrevistada 9); “estamos tendo encomenda por e-mail” (entrevistada 7); e “através da internet estamos tendo mais pedido”. (entrevistada 1). Ainda percebe-se uma perspectiva de melhoria e crescimento por parte das associadas. Elas querem vender mais e ampliar os mercados de seus produtos. “Com a tecnologia tudo fica mais fácil porque ajuda na produção. Sem a tecnologia a associação não cresce”.

(entrevistada 4); “hoje agente já vende para São Paulo e Belo Horizonte. Logo vamos vender para todo lugar”; e (entrevistada 9) “nosso objetivo é trabalhar por encomenda em vários estados”. (entrevistada 1)

Estes aspectos em conjunto, mostram a importância que as novas tecnologias de informação e comunicação, e seus impactos positivos na divulgação e distribuição dos produtos vinculados a produção familiar, consubstanciada na associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a Universidade por meio de suas políticas de extensão, especialmente à política que apoia o funcionamento do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidárias, está tendo papel importante na transformação social com a implementação de projetos e ações de geração de renda como no caso da Associação De Artesãos Do Temeroso Dona Adelaide Soares De Freitas – AATA. O grupo foi apoiado por uma equipe de trabalho multidisciplinar que buscou contribuir para a formação política, constituição administrativa e legal, além das ações de formação e qualificação do trabalho de artesanato.

Diante do contexto do que foi apresentado em relação às relações que se estabelecem no espaço do novo rural brasileiro, pode-se dizer que existe uma forte vinculação ente agricultura familiar, pluriatividade e ocupações no meio rural. Estas relações se refletem na comunidade Temeroso em que um grupo de mulheres estabeleceu uma associação para o artesanato, dando a este trabalho um caráter pluriativo, uma vez que elas exercem também outras atividades fora deste ambiente, este trabalho é condizente com o conceito de renda não agrícola e tem como função aumentar a renda familiar, lógica esta condizente com a leitura sobre pluriatividade abordada por Nascimento (2008), para quem, a lógica da agricultura familiar assume um papel importante principalmente como alternativas de novas formas de ocupação, devido principalmente ao aprofundamento do desemprego masculino com pouca qualificação (devido principalmente ao aumento do progresso técnico na agricultura), e em decorrência um aumento da ocupação feminina no meio rural, com o propósito principalmente de aumentar a renda da família (renda não agrícola). Para Nascimento (2008), as mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de organização do trabalho entre as famílias rurais tem propiciado uma crescente participação de fontes de renda não agrícolas na composição dos orçamentos das famílias rurais. Conforme o autor trata-se da pluriatividade. Importante na sustentação da renda rural. Situação esta compatível com a situação das mulheres da associação. Ou seja, todas exercem várias funções dentro e fora do ambiente familiar, funções estas, não somente agrícolas. Além da pluriatividade, predomina na associação relações de confiança e cooperação, estabelecidas principalmente pelos laços de parentesco e amizade. Esta lógica está vinculada a presença do capital social, e que o mesmo tende a fortalecer relações de produção dentro da associação. Aspecto este compatível com a leitura de Ortega e Nunes (2005), para quem “Nestas organizações geralmente predomina a capacidade de organização do grupo, em que predominam principalmente laços de parentesco e amizade, e de confiança, e que seja é visível a presença do capital social.” Dentro do contexto encaixa-se a leitura de Begattini (1999) que considera fundamental relações sociais, o sentimento intenso de pertencimento à comunidade local, a fusão entre o individualismo e o sentido comunitário de forma harmoniosa, e um estado de “desabrochamento pessoal”, em que deve estar presente o capital social.

Outro aspecto que é compatível com o referencial teórico estudado é a disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação e de que as mesmas são favoráveis a uma maior disseminação dos produtos os voltados para a agricultura familiar e da pluriatividade. Pode se constatar, portanto, que a associação e suas relações de cooperação e produção a partir do artesanato se conforme dentro da lógica de se pensar do rural visto não apenas como setor em que predominam ocupações tipicamente agrícolas.

Mas de uma forma mais ampla, entender o rural como um espaço mais amplo, em que se estabelecem novas relações de trabalho e renda para novos atores sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, HUCITEC/AMPOCS/EDITORA DA UNICAMP, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASALDI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira**. São Paulo, Editora Hucitec, 2008.
- BEGATTINI, G. **Vicisitudes y potencialidades de un concepto: el distrito industrial**. Universidad degli Studi. Florencia. s/d.
- FORPROEX. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, Brasília/DF, 1987.
- FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Texto apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Brasília-DF, Curitiba-PR, Ilheus-BA, 2001
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Texto apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Manaus-AM, 2012.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello & A. B. Silva (Eds.), **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigma, estratégias e método** (pp. 115-146). São Paulo: Saraiva, 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, José.. **O Novo Rural Brasileiro**. 2ed, Campinas: IE/UNICAMP. 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José, **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José, **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. Col. Teses e Pesquisas. São Paulo. HUCITEC, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia & agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. (2a Edição)
- GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução do empregonão-agrícola no meio rural brasileiro. In : XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, **Anais...**, Natal, Rio Grande do Norte, Centro de Convenções, 04 a 08 de agosto de 1997.
- MENDES, J.T.G e FILHO, P.S. Cooperativas Agropecuárias: Contribuição Econômica , desafios e oportunidades. In SCHENEIDER ET AL(orgs). **Agronegócio e Desenvolvimento Regional: Reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção Paranaense**. Cascavel: Edunioeste,2007.
- NASCIMENTO, C.A. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: Uma análise comparada entre Brasil e União Européia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil,2008 (BNB Teses e Dissertações; n.11)
- ORTEGA, A. C. **Agronegócio e representação de interesses rurais no Brasil**. Uberlândia, EDUFU, 2004.

ORTEGA, A.C; NUNES E,M. **Desarrollo rural y agricultura familiar em Brasil**, 2005

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos. Os desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas-SP, Editora Alínea, 2008. (caps. 5, 6 e 7)

POLANYI, K. **A grande transformação. As origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELOS T A C.A Economia Solidária na construção social do desenvolvimento territorial in ORTEGA E FILHO. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ⁱ A entrevistada se refere a “maior tempestade que enfrentaram” descrevendo o assalto e consequente perda de todas as mercadorias durante uma viagem de ônibus de Uberlândia para Belo Horizonte. Elas criaram e produziram durante 3 meses várias peças de artesanato e diversos bordados para expor em uma feira Regional de Artesanato que ocorreria em Belo Horizonte. O roubo foi feito a mão armada no período noturno.